

Greve termina após 52 dias

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

» MARA PULJIZ

Os professores da rede pública de ensino deverão voltar hoje às salas de aula. Em assembleia realizada ontem, a categoria decidiu suspender a greve que durou 52 dias, para, durante um mês, analisar o cumprimento das propostas feitas pelo Governo do Distrito Federal (GDF). Entre elas, está o pagamento de auxílio-saúde de R\$ 200 até junho e o encaminhamento, em 30 dias, à Câmara Legislativa, de projeto de lei com plano de carreira que garanta a isonomia com as outras categorias do DF, no prazo máximo de quatro anos. Caso o acordo não seja cumprido, uma assembleia está marcada para 14 de junho em frente ao Palácio do Buriti, com possibilidade de ser deflagrada uma nova greve. Hoje, às 14h, representantes do governo e dos docentes se reúnem para definir o calendário de reposição.

Durante a votação para a suspensão da paralisação, os professores ficaram divididos. Eles queriam que fosse modificada a redação dos itens propostos pelo governo e a realização de uma nova assembleia para amanhã. Alguns insistiam na incorporação da gratificação denominada Tidem, ainda este ano, e não até 2014, como ficou definido. Caso a medida fosse tomada imediatamente, o governo sustenta que haveria uma despesa de pessoal da ordem de R\$ 515 milhões e um impacto de 4 pontos percentuais adicionais à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que colocariam o Executivo na ilegalidade.

O comando de greve do Sindicato dos Professores (Sinpro) considerou as propostas insuficientes, mas avaliou a necessidade de voltar às salas de aula, dadas as circunstâncias jurídicas e de negociação do momento. "Não quer dizer que aceitamos a proposta, porque ela não representa o que desejamos de fato, que é uma tabela salarial prevendo isonomia com as categorias de nível superior. Suspendemos a greve apenas para reorganizar a luta. O governo tem o compromisso de cumprir o que ficou acertado sob pena de voltarmos à greve ainda este ano", ressaltou o diretor jurídico do Sinpro, Washington Dourado.

O secretário de Administração Pública, Wilmar Lacerda, disse que o GDF fará o encaminhamento com base no acordo feito com os servidores da educação. "Estamos trabalhando para cumprir item a item das propostas e não termos mais nenhum problema com a categoria. Cumpriremos com a nossa parte."



Assembleia dos professores em frente ao Palácio do Buriti: entre as garantias dadas pelo GDF está o aumento do abono saúde da categoria



Estamos trabalhando para cumprir item a item das propostas"

Wilmar Lacerda,
secretário de Administração

Encontro

A partir de agora, os cerca de 500 mil alunos das escolas públicas do DF enfrentarão uma maratona para reposição dos 34 dias úteis de aula perdidos. Hoje, Wilmar Lacerda e o secretário de Educação, Denilson Bento, se reunirão com representantes do Sinpro para discutir um novo calendário que permita aos estudantes terminarem o ano com 200 dias letivos de cada disciplina. Entre as cinco possibilidades a serem analisadas está a reposição feita aos sábados, de maneira alternada ao longo do ano e durante parte do recesso de julho e dezembro. Existe ainda a chance de o calendário se estender até janeiro de 2013. Neste sábado, os docentes participaram de uma plenária na sede do sindicato, no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), para estudar a melhor forma de organizar os trabalhos dos próximos dias.

Folha suplementar garantida

Para os professores que tiveram o ponto cortado, o GDF fará uma folha suplementar até próximo dia 11. "Vamos fazer o pagamento na quinta-feira ou na sexta-feira, mas aqueles que tiveram seus pontos cortados, o acordo feito é de que nós faríamos folha suplementar para refazer os dados da Secretaria de Educação", explicou Wilmar Lacerda. Entretanto, os professores

que fizeram greve não poderão faltar nos dias de reposição, sob pena de receberem o salário proporcional ao dia trabalhado. "Faremos um calendário que não traga nenhum prejuízo ao conteúdo pedagógico", completou o secretário de Administração.

Segundo Washington Dourado, do Sinpro, a qualidade da reposição estará garantida aos estudantes. "Vamos assegurar, inclu-

sive, a reposição para os alunos que, durante a greve, não assistiram às aulas dos professores que não aderiram ao movimento. É um direito deles", destacou o diretor do Sinpro. Mas, de acordo com Wilmar Lacerda, não há justificativa para um professor que não aderiu ao movimento ter de repor um conteúdo duas vezes. "Essa questão será resolvida em cada escola", explicou. (MP)

Cronologia

12 de março

Os professores deram início à greve. Entre as principais reivindicações da categoria, está o pedido de revisão do plano de carreira. Logo no início, o governo afirma não ter condições de conceder aumento salarial para os servidores, devido ao limite com gasto de pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

14 de março

Em uma das reuniões entre o governo e o Sindicato dos Professores (Sinpro), o GDF acenou com o plano de saúde para o segundo semestre deste ano e

prometeu dar continuidade aos estudos para a reestruturação do plano de carreira, mas sem data definida para ocorrer. Sem propostas concretas que tratassem de reajuste salarial, a categoria manteve os braços cruzados

26 de abril

No 46º dia de greve, representantes do movimento ocuparam o sexto andar do Palácio do Buriti, sede da Secretaria de Administração Pública, para cobrar uma definição a respeito da paralisação. Alguns policiais militares e docentes se desentenderam. Quatro professores acabaram atingidos por spray de

pimenta no rosto. Mesmo após uma determinação judicial para que deixasse o local, com multa de R\$ 10 mil por hora caso descumprisse a ordem, o grupo permaneceu no prédio

27 de abril

A desocupação ocorreu após a promessa de que as negociações, suspensas pelo GDF, seriam reabertas

30 de abril

Em mais uma tentativa de acordo, o governo apresentou nova proposta aos professores, que foi levada à assembleia de ontem

Itens do acordo

- » Continuidade das negociações
- » Retomada, a partir de setembro de 2012, das discussões sobre a reestruturação do plano de carreira e seus impactos financeiros
- » Garantia de participação do Sinpro em mesa de discussão sobre o orçamento da educação pública do Distrito Federal, especialmente no que diz respeito ao Fundo Constitucional do DF e ao Fundeb
- » Encaminhamento à Câmara Legislativa, em 30 dias, de proposta contendo os pontos consensuais da estrutura do plano de carreira que não tenham impacto financeiro
- » Encaminhamento, em 30 dias, à Câmara Legislativa, de projeto de lei com a nova redação para o artigo nº 15 do plano de carreira, corrigindo sua inconstitucionalidade
- » Publicação do decreto que regulamenta a forma de pagamento de professores em regime de contratação temporária em até 30 dias
- » Garantia de paridade, no que couber, entre ativos e aposentados
- » Pagamento de auxílio-saúde para os integrantes da carreira de magistério, ativos e aposentados, no valor de R\$ 200 a partir de junho próximo
- » Reafirmação por parte do GDF da importância da incorporação da Tidem para a categoria, inclusive como forma de garantir melhor remuneração quando da aposentadoria e que envidará todos os esforços para a incorporação até 2014, em no máximo quatro parcelas. O pagamento poderá ser feito em prazo reduzido, dadas as condições fiscais e as possibilidades orçamentárias
- » Até que haja a incorporação integral da Tidem para toda a categoria, o governo se compromete a encaminhar, em no máximo 30 dias, projeto de lei que garanta a imediata integralidade da Tidem aos membros da carreira de magistério aposentados e que vierem a se aposentar, vinculada ao cumprimento da percepção da gratificação nos últimos 19 meses de exercício
- » Divulgação do edital de convocação para a contratação de membros da carreira de magistério público em substituição às vacâncias decorrentes de aposentadorias, exonerações e falecimentos
- » Garantia de remuneração integral a membros da carreira de magistério que se afastarem para estudos